



Novo relatório da reforma não trará regras mais brandas para policiais, diz Maia

Eduardo Ferreira e Camila Turtelli, O Estado de S. Paulo

03 de julho de 2019 | 20h17

BRASÍLIA - Ao contrário do que disseram diversas lideranças partidárias no começo da noite desta quarta-feira, 3, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), diz que o novo voto do relator da [reforma da Previdência](#), Samuel Moreira (PSDB-SP), não trará regras mais brandas para os policiais que servem a União. Ele chegou por volta de 19h30 à sala da Comissão Especial que analisa a proposta da reforma.

“Uma concessão a policiais poderia gerar efeito cascata”, disse Maia, após reunião com Moreira e o presidente da Comissão Especial, Marcelo Ramos (PL-AM).

Mais cedo, líderes haviam afirmado que existiria um acordo para que os policiais que servem a União se aposentassem com idades menores, de 52 anos para mulheres e 53 anos para homens. No voto complementar lido, a idade mínima para ambos os gêneros na categoria era de 55 anos.

Os mesmo líderes disseram que o presidente Jair Bolsonaro teria pessoalmente ligado para os parlamentares solicitando a mudança. “Bolsonaro deve ter ligado para parlamentares. É legítimo que o presidente ache que um bom acordo é melhor que um confronto”, avaliou Maia.

Maia confirmou, porém, que não haverá nenhuma menção a Estados e municípios no novo texto. O voto complementar lido ontem por Moreira autorizava os entes a cobrarem contribuições extraordinárias dos servidores.

A Comissão Especial deve abrir nesta noite sessão para votar requerimentos e para a leitura do novo voto de Moreira. Maia disse estar otimista para o início do processo de votação do texto ainda hoje, mas lembrou da existência de requerimentos que precisam ser analisados antes. “Se não conseguir chegar no mérito hoje, fica para amanhã. A comissão deve encerrar os trabalhos nesta semana”, completou.

FOLHAONLINE
www.folha.com.br

Bolsonaro diz que governo errou em regra para aposentadoria para policiais

Presidente fez apelo por alteração e disse que não se pode dizer que a categoria é privilegiada

Gustavo Uribe
BRASÍLIA

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quinta-feira (4) que errou ao não ter incluído regras mais brandas para policiais federais e rodoviários na reforma previdenciária e fez um apelo público pela mudança no texto da proposta.

Na noite de quarta-feira (3), após uma tentativa de acordo articulado pelo próprio presidente, a comissão especial da Câmara dos Deputados não chegou a um consenso com a categoria policial, que considerou as alterações insuficientes.



Presidente da República, Jair Bolsonaro - Marcos Corrêa/PR

Em discurso à bancada ruralista, durante café da manhã no Palácio do Planalto, o presidente defendeu que a mudança não é uma tentativa de privilegiar as forças policiais e pediu uma atitude de bom senso do Poder Legislativo.

"Tem um equívoco que nós, governo, erramos e dá para resolver essa questão através do bom senso dos senhores. Eu peço, por favor. O discurso de alguns, como se quiséssemos privilegiar também polícia federal e polícia rodoviária federal, não procede. São aliados nossos e nunca tiveram privilégio no Brasil", disse.

O presidente ressaltou que as forças policiais são aliadas do país, "dão as suas vidas para todos nós brasileiros" e pediu que as demandas da categoria sejam atendidas nem "que seja em parte". Para ele, não é justo também dizer que os policiais militares são privilegiados.

"Policia militar nunca teve privilégio no Brasil. Se fala em restabelecer privilégios, não é verdade. Eu apelo aos senhores, nessa questão específica, vamos atender, que seja em parte, porque os policia militares são mais do que os nossos aliados, são aqueles que dão as suas vidas para todos nós brasileiros. O mesmo no tocante à policia federal e à policia rodoviária", disse.

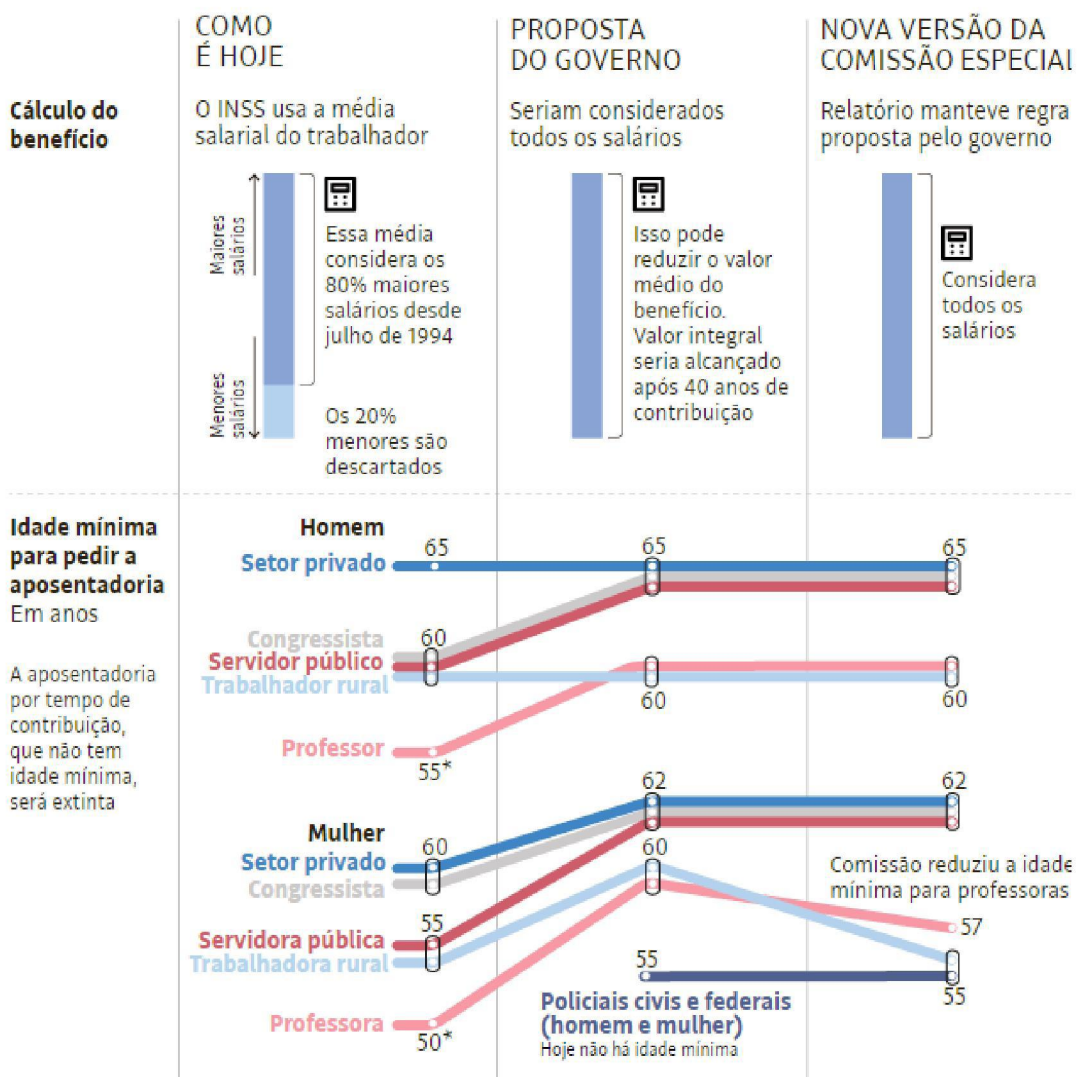


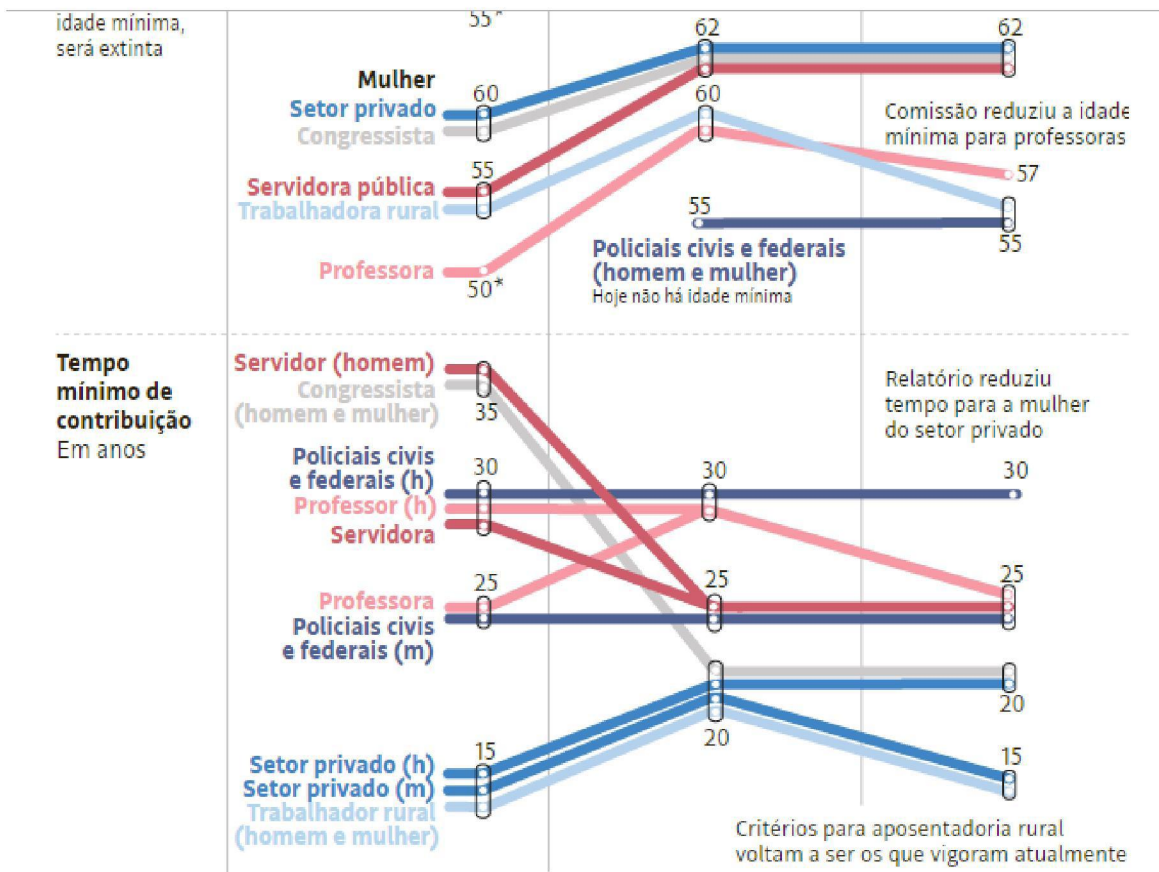
O alívio na aposentadoria de categorias de segurança pública, em especial policiais federais, é um dos pontos que travam o avanço do projeto na Casa. O PSD, uma das maiores bancadas, não abre mão de fazer alterações que beneficiem o setor.

A proposta negociada nesta quarta-feira (3) com o relator do texto, Samuel Moreira (PSDB-SP), prévia idade mínima de 53 anos para homens, e 52, para mulheres, da carreira de policial federal, policial rodoviário federal e polícia legislativa.

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição), enviada pelo governo em fevereiro, criava uma idade mínima de 55 anos para homens e mulheres. Hoje, não há idade mínima para as categorias se aposentarem, mas apenas a exigência de 30 anos de contribuição, se homem, e 25, se mulher.

Compare as propostas para a Previdência





*Hoje, apenas professor do setor público tem exigência de idade mínima

04/07/2019 - 05:00

Projeto de reforma recebe pressão renovada de lobbies

Por

Na reta final para a votação em plenário, o projeto de reforma da previdência atrasou na Comissão Especial, aonde se trava a batalha entre lobbies, em especial a bancada da bala, para convencer o relator Samuel Moreira (PSDB-SP) a retirar policiais federais e carreiras relacionadas à segurança pública do projeto, e incluí-los com mais benefícios no projeto que contempla os militares. O presidente Jair Bolsonaro, cujo ativismo nesta reforma foi perto de nulo, entrou em campo para apoiar os interesses de um dos grupos que mais fortemente o apoiaram até hoje.

Da forma como estava até o início da noite de ontem, a proposta de reforma permitia a economia perto de R\$ 1 trilhão desejada pelo governo, com algumas gambiarras, como o aumento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos, de 15% para 20%. Pelos cálculos da Instituição Fiscal Independente, o CSLL majorado trará receitas de R\$ 40 bilhões em uma década. Ainda sobre as propostas da segunda versão do relator, a IIF calcula que as modificações feitas retirarão R\$ 210,2 bilhões em economias em relação à PEC 6 proposta originalmente pelo Executivo. Como a reestimativa da potência da reforma feita pelo Executivo previu uma redução dos gastos previdenciários da ordem de R\$ 1,23 trilhão, a desidratação, por enquanto, é suave.

Se passar como está pelo plenário da Câmara e pelo Senado, será a reforma de maior impacto feita até hoje. A mudança nas regras de idade mínima e de tempo de contribuição para mulheres (servidores e professoras) reduzirá a economia esperada em R\$ 51,8 bilhões. A não elevação da idade para a aposentadoria rural eliminará outros R\$ 49,7 bilhões, segundo a IFI. A manutenção em sua forma atual do Benefício de Prestação Continuada, e a restrição do abono salarial não mais para quem ganha um salário mínimo, mas para quem recebe 1,4 salário mínimo, aumentarão a perspectiva de despesas em mais R\$ 108,7 bilhões.

Ainda que robusta, não será desta vez que as desigualdades entre o regime público e o dos demais cidadãos, a favor do primeiro, serão eliminadas. As categorias de segurança pretendem obter as vantagens de militares para quem está na ativa até a aprovação da reforma, ambicionando a integralidade (mesmo salário da ativa quando da aposentadoria) e a excrecência da paridade, na qual recebem quando aposentados todos os reajustes dados ao pessoal da ativa. Isso não existe em nenhum lugar do mundo, mas contempla ainda os funcionários que ingressaram no serviço público antes de 2003, quando o benefício foi extinto, mais algumas categorias da elite do funcionalismo, entre elas Judiciário e militares. O teto do regime geral da previdência continuará ainda bem menor que os do Legislativo, Executivo e Judiciário.

A economia de R\$ 1 trilhão afastará no tempo a perspectiva de insolvência da União. Deixou-se de lado, porém, por questões paroquiais da politicagem, a inclusão de Estados e municípios na reforma. Essa inclusão pouparia aos entes federados R\$ 350,7 bilhões em uma década e é necessária porque os regimes estaduais atuais não param de pé e produziram um déficit de R\$ 90 bilhões no ano passado. É uma questão de enorme importância, pois Estados falidos baterão à porta da União, como sempre fizeram, e pendurarão boa parte da conta no Tesouro Nacional, contribuindo para elevação dos gastos da União e da dívida pública. Além disso, preservar a trajetória insustentável das previdências estaduais aniquila a capacidade de investimentos dos Estados, afetando a maioria da população que não tem as benesses do funcionalismo e que paga a conta duas vezes: por impostos e pela deterioração dos serviços públicos.

Como não há reforma definitiva da previdência, e outras serão necessárias, a rejeição à desconstitucionalização das normas do regime previdenciário é uma perda para a capacidade de responder às mudanças demográficas. Não foi perda irreparável a rejeição do regime de capitalização, da forma como foi proposto - uma carta branca para sua introdução, sem

nenhum detalhamento, ao qual foi acoplada, nas declarações do ministro Paulo Guedes, uma nova mudança na legislação trabalhista. Não é assim que se faz uma mudança desta envergadura, sem contar o fato de que a conta do regime de transição nunca foi apresentada e sabe-se que ela é pesada em quaisquer circunstâncias.

Tribuna

Reforma da Previdência avança, mas lobby de policiais é derrotado

EDUARDO RODRIGUES
E CAMILA TURTELLI
ESTADÃO CONTEÚDO

Após pedido dos líderes partidários, o relator da reforma da Previdência, Samuel Moreira (PSDB-SP), excluiu ontem do texto a possibilidade de Estados e municípios cobrarem contribuições extraordinárias de seus servidores. A possibilidade dos entes aprovarem leis próprias com essas cobranças contava no voto complementar de ontem. "Foi restabelecida, apenas para a União, por meio de alterações no art. 149 da

Constituição Federal, a possibilidade de cobrança de contribuições extraordinárias inserida no texto original da PEC e suprimida na versão anterior do substitutivo", afirmou o relator, no novo texto publicado na noite de ontem no site da Câmara dos Deputados. Até o fechamento desta edição, às 1h, os deputados ainda discutiam a possibilidade, ou não, de adiar a votação.

O novo voto complementar mantém em 55 anos a idade mínima para a aposentadoria dos policiais que servem a União (além dos policiais civis do Distrito Federal).

Mais cedo, líderes partidários haviam afirmado

que existiria um acordo para que os policiais que servem a União se aposentassem com idades menores, de 52 anos para mulheres e 53 anos para homens. Os mesmos líderes disseram que o presidente Jair Bolsonaro teria pessoalmente ligado para os parlamentares solicitando a mudança.

Bolsonaro admitiu, inclusive, ter sugerido mudanças para a aposentadoria de policiais que servem a União no texto da reforma, mas disse que a proposta não foi acatada. "Eu fiz uma excelente proposta, não aceitaram. Agora vai para o voto", lamentou ao ser questionado se teria feito



A COMISSÃO ESPECIAL da Reforma da Previdência discutiu as novas alterações até a madrugada de hoje. Relator excluiu abertura para contribuição extraordinária de servidores estaduais

valores. Além disso, a cooperativa de crédito pagaria 17% de CSLL. Com o novo texto, publicado na noite de ontem, o aumento proposto para alíquota atingirá apenas os bancos.

Com isso, não haverá aumento da cobrança de outros tipos de instituições financeiras como: distribuidoras de valores mobiliários; corretoras de câmbio e de valores mobiliários; sociedades de crédito, financiamento e investimentos; sociedades de crédito imobiliário; administradoras de cartões de crédito; sociedades de arrendamento mercantil; administradoras de mercado de balcão organizado; cooperativas de crédito; associações de poupança e empréstimo; bolsas de valores e de mercadorias e futuros; entidades de liquidação e compensação.

alguma orientação sobre o assunto, como informado por líderes da Câmara. Bolsonaro completou dizendo que "o problema é que ninguém quer perder nada" e voltou a afirmar que "todos têm que dar sua contribuição". O novo voto de Moreira, publicado na noite de ontem, no entanto, mantém as regras para as aposentadorias dos policiais: 55 anos de idade, 30 anos de contri-

buição e 25 anos de efetivo exercício nessas carreiras, para ambos os sexos.

O novo voto complementar também restringiu o aumento da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) de 15% para 20% apenas para os bancos. No texto anterior, lido ontem, o aumento da cobrança valeria para todas as instituições financeiras, com exceção da bolsa de

Para economizar R\$1 tri, relator muda reforma



DEPOIS de duas versões, o deputado tucano Samuel Moreira (PSDB-SP) entregou seu parecer final da reforma da Previdência

MURILO RODRIGUES ALVES
O ESTADO DE S.PAULO

Depois de duas versões, o deputado tucano Samuel Moreira (PSDB-SP) entregou seu parecer final da reforma da Previdência. Desta vez, ele conseguiu ultrapassar a meta de R\$ 1 trilhão em economia esperada em dez anos, número que é obsessão do ministro da Economia, Paulo Guedes. Mas 23% do impacto de R\$ 1,071 trilhão projetado para a próxima década não vem com o endurecimento nas regras para ter direito à aposentadoria e à pensão no Brasil. Aliás, para chegar ao núme-

ro mágico, o relator precisou fazer algumas mudanças que sequer têm a ver com a Previdência. Para usar o termo do próprio ministro, é mais "política tributária" do que previdenciária.

Vamos aos pontos: Isenção a exportações agrícolas. As renúncias ao setor agrícola não são as únicas isenções previdenciárias em vigor. Há as desonerações do Simples Nacional, dos microempreendedores individuais (MEI) e das entidades filantrópicas. Em 2018, o governo abriu mão de R\$ 292,8 bilhões em receitas, ou 4,3% do PIB. Como o Estadão mostrou, a equipe econômica quer reduzir

renúncia fiscal em um terço até o fim do governo.

Abono salarial. A proposta do relator é restringir o pagamento do benefício a quem ganha até 1,4 salário mínimo (R\$ 1.397,20), o que reduziria o impacto da medida em R\$ 76,4 bilhões. O abono é pago com a arrecadação do PIS/Pasep. Tem um custo de R\$ 19 bilhões por ano.

Imposto sobre os bancos. O próprio ministro da Economia criticou a ideia por não estar relacionada à Previdência. Seria uma medida para se tomar na reforma tributária. O governo tem uma proposta, adiada pelo secretário da Receita,

Marcos Cintra, ao Estadão. Mas o Congresso quer o protagonismo neste tema e promete votar o texto do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que tem como base o texto preparado pelo economista do Centro de Cidadania Fiscal (CCIF), Bernardo Appy.

BPC: Na proposta enviada pelo governo, havia a proposta de mudar a forma de pagamento do BPC (Benefício de Prestação Continuada) para idosos de baixa renda. Esse foi um dos itens que cairam logo no início da tramitação, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), etapa anterior a esta da Comissão Especial.

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/07/2019	Coluna: Economia



ALCOLUMBRE DIZ QUE DEVE INCLUIR ESTADOS E MUNICÍPIOS NA PREVIDÊNCIA



3 Julho, 2019

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), disse nesta segunda-feira (1º) que estados e municípios devem ser reinclusos na proposta de emenda à Constituição (PEC), segundo o blog da jornalista Cristiana Lôbo, do G1.

Alcolumbre e Maia tentaram fechar um acordo com governadores de partidos de esquerda para devolver estados e municípios à PEC já no voto complementar, durante reunião ocorrida nesta terça (2). A reinclusão deve acontecer porque o Senado provavelmente fará mudanças importantes no texto da proposta de reforma da Previdência que vier a ser aprovada pela Câmara.

04/07/2019 - 05:00

Possibilidade de STJ julgar discussão sobre ICMS divide procuradores

Por Joice Bacele

Procuradores do Ministério Público Federal (MPF) emitiram pareceres com posicionamentos divergentes sobre a possibilidade de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgar, em repetitivo, a discussão sobre o ICMS que deve ser excluído do cálculo do PIS e da Cofins. Eles se manifestaram em três dos quatro recursos destacados: em dois deles a favor da admissibilidade e em um contra.

Esse é mais um capítulo de uma novela que perdura por mais de duas décadas. O episódio final seria o de março de 2017, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o imposto estadual não poderia integrar a base do PIS e da Cofins.

Porém, para a União, não ficou claro qual o ICMS deve ser retirado do cálculo: se o destacado na nota fiscal, como defendem os contribuintes, ou o efetivamente recolhido - geralmente menor -, como entende a Receita Federal.

Esse questionamento foi feito em embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) em outubro de 2017, sete meses depois do julgamento (RE 574706). O recurso ainda está pendente de análise.

Ontem, no entanto, a relatora, ministra Cármen Lúcia, liberou o processo e advogados acreditam que o julgamento possa ocorrer neste semestre, apesar de o presidente do STF, ministro Dias Toffoli, já ter definido a pauta do plenário até o mês de novembro e não ter incluído o tema.

A questão sobre qual ICMS deve ser retirado do cálculo é discutida em cerca de 30 mil ações, segundo a PGFN. E uma parcela já começou a subir para o STJ - são principalmente recursos da Fazenda contra decisões proferidas no Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, no Sul do país.

A PGFN enviou ofício para a 1ª Seção do STJ alertando sobre a quantidade de processos e pedindo para que o tema seja julgado em repetitivo. O pedido já foi atendido, em parte, pelo ministro Paulo de Tarso Sanseverino. Como presidente da Comissão Gestora de Precedentes, cabe a ele fazer um primeiro exame do que pode ser afetado. Trata-se de uma análise preliminar com base na quantidade de processos somente.

Sanseverino destacou quatro recursos que poderiam ser afetados (REsp 1822256, REsp 1822254, REsp 1822253 e REsp 1822251), mas a decisão de levar a votação para o Plenário Virtual da 1ª Seção é do relator desses processos, que ainda não foi sorteado.

Por enquanto, corre o prazo para que as partes envolvidas nessas ações e o MPF se manifestem se são contra ou a favor do julgamento em repetitivo. Por isso já existem os pareceres apresentados pelos procuradores.

O subprocurador-geral da República João Heliofar de Jesus Villar posicionou-se pelo não conhecimento do recurso em parecer emitido no REsp 1822256. Ele diz entender como relevantes os fundamentos da União, já que o valor destacado nas notas fiscais não corresponde ao que foi efetivamente recolhido ao Estado a título de ICMS - em razão do caráter não cumulativo do imposto -, mas afirma que quem deve decidir sobre isso é o Supremo.



Luis Augusto Gomes: "Se for da forma como a Receita entende, o contribuinte vai permanecer pagando mais do que deve"

"Note que qualquer decisão adotada pelo STF no julgamento dos embargos interpostos pela União inevitavelmente prejudicará o julgamento deste recurso especial e de todos os que tiverem o mesmo objeto", afirma no texto. "Aliás, nem é caso de relação de prejudicialidade, mas de identidade da própria tese debatida neste recurso com a que pende de esclarecimento no RE 574706, o que mostra que a competência para a solução da questão é realmente daquela Corte", completa.

Já Maria Caetana Cintra Santos e Denise Vinci Tulio, que também atuam como subprocuradoras-gerais da República, ao se manifestarem no REsp 1822251 e no REsp 1822253, respectivamente, entenderam pela admissibilidade dos recursos. As duas constataram a "presença dos requisitos legalmente exigidos" e levaram em conta "a notícia de multiplicidade de recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito".

A Procuradoria-Geral da República (PGR) não vê problemas em haver entendimentos diferentes. Por meio de nota, afirma que, apesar de terem o mesmo tema, os processos são distintos e ao chegarem para o órgão são distribuídos aos subprocuradores conforme o ofício de atuação. "Desta forma, também respeitando o princípio da independência funcional, pode haver diferentes entendimentos dos membros de acordo com a sua convicção jurídica e interpretação do processo", diz o texto.

Já para os contribuintes, a indefinição acarreta "mais insegurança jurídica". O entendimento de advogados que acompanham o tema é o de que o acórdão do Supremo não deixou dúvidas sobre o ICMS que deve ser excluído e, para eles, a argumentação da Fazenda é "mera estratégia" para reduzir a conta. "Estão tentando uma outra via para discutir a questão", afirma a advogada Cristiane Romano, do Machado Meyer.

Luis Augusto Gomes, do escritório Viseu Advogados, diz que o entendimento da Receita, sobre excluir somente o imposto que foi recolhido pelo contribuinte, não é o mais adequado porque o que importa para PIS e Cofins é o valor que consta na nota fiscal. "Se for da forma como a Receita entende, o contribuinte vai permanecer pagando mais do que deve", afirma.

O entendimento do Fisco sobre esse assunto foi formalizado na Solução de Consulta nº 13, publicada pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit) em outubro. Em razão do risco de ter seus pedidos não homologados pela Receita Federal, empresas com ações transitadas em julgado estão fazendo as compensações (quitação de tributos com créditos) com base na decisão do órgão.

"Os contribuintes estão fazendo isso de forma conservadora", contextualiza Luis Augusto Gomes. "Mas eles têm impetrado mandados de segurança preventivos para afastar a solução de consulta e ter direito aos valores cheios. Parte dessas ações está, agora, subindo para o STJ."

A liberação dos embargos para julgamento pela ministra Cármen Lúcia pode dar força para que a questão permaneça no STF, segundo Saul Tourinho Leal, do Ayres Britto Consultoria Jurídica e Advocacia. "O Supremo já conhece a matéria e, pelo apelo que tem, acredito que o presidente [Dias Toffoli] ainda poderá incluir na pauta do semestre", afirma.

(Colaborou Beatriz Olivon)

04/07/2019 - 05:00

Secretário vai à Câmara negar 'fim da Zona Franca de Manaus'

Por **Ana Krüger**

O secretário especial de Produtividade, Emprego e Competitividade (Sepec), Carlos da Costa, precisou ir à Câmara tranquilizar deputados, principalmente do Amazonas, diante de rumores do chamado "Plano Dubai" destinado à região onde hoje é a Zona Franca de Manaus (ZFM).

O plano foi tema de audiência pública conjunta, ontem, da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviço (Cdeics) e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia. O secretário foi um dos participantes.

A principal crítica dos congressistas foi a divulgação do projeto sem debate prévio com os parlamentares. Mês passado, reportagem da "Folha de S.Paulo" veiculou que a Sepec trabalha no plano.

Costa disse não existir um "Plano Dubai". Segundo ele, há estudos de desenvolvimento da Zona Franca para que, no futuro, a região não precise de benefícios fiscais. "Não queremos acabar com a ZFM, muito pelo contrário, queremos aprimorar, expandir."

A Constituição estabelece o funcionamento da ZFM até 2073. A referência a Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, se deve ao planejamento de 50 anos feito pelo emirado diante de previsões de fim das reservas de petróleo. "Tudo o que nós fazemos na Sepec nós procuramos ter um diálogo com o Congresso Nacional, no momento certo, quando já tiver ideias mais maduras", disse.

O secretário de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Amazonas, Jório de Albuquerque Veiga Filho, destacou os baixos índices de desenvolvimento da região. "Não é uma questão de substituir apenas a Zona Franca. A riqueza que nós temos no Amazonas não é suficiente para mudar o panorama econômico que nós temos."

Representando a Assembleia Legislativa do Amazonas, o deputado estadual Wilker Barreto (PHS) disse ter votado em Jair Bolsonaro e nunca ter visto, em seis meses, um modelo ser tão atacado como o da Zona Franca de Manaus. "Se vazou e o governo não desmentiu, virou nota oficial", disse..

Capitão Alberto Neto (PRB-AM) citou o uso das redes sociais pelo presidente. "A comunicação do nosso governo precisa estar mais clara, mais precisa. O mercado é instável, precisa de sinalizações para o investidor vir, se sentir confiante de trazer seu dinheiro para cá."

O ministro da Economia, Paulo Guedes, não saiu ileso do debate. "O Ministério da Economia e o ministro Paulo Guedes, para conosco, têm um discurso e uma prática diferentes", afirmou o deputado Sidney Leite (PSD-AM).

"Parece que os últimos governos trataram muito bem a Zona Franca de Manaus, e que a ZFM parece que cresceu muito nos governos anteriores. A ZFM está sofrendo, mas não é por causa deste governo, ela já vinha sofrendo antes", disse.

De acordo com o secretário, o objetivo do plano é atrair investimentos à região e torna-la "símbolo global de desenvolvimento sustentável". O secretário disse ter sido procurado por empresários interessados no plano, mesmo sem ter sido oficializado.

A ideia despertou o interesse de companhia de infraestrutura, indústria de sustentabilidade e fundos globais de investimento, disse. Costa disse ainda que, provavelmente semana que vem, divulgarão uma "simplificação radical" dos Processos Produtivos Básicos (PPB). Os PPBs são uma série de exigências do governo federal como contrapartida à concessão de incentivos fiscais na ZFM. Com as mudanças, afirma, serão mais simples, rápidos.

04/07/2019 - 05:00

Autorizado a privatizar, Leite mira socorro fiscal

Por **Camila Maia**

Após obter o aval da Assembleia Legislativa, o governo do Rio Grande do Sul espera que as privatizações das estatais de energia, gás e mineração sejam concluídas até o segundo semestre do ano que vem. Ao **Valor** o governador Eduardo Leite (PSDB-RS) disse que, como as vendas já receberam as aprovações necessárias para avançarem, o Estado já tem condições de solicitar a adesão ao Regime de Regularização Fiscal (RRF) da União.

A Assembleia Legislativa gaúcha aprovou na terça-feira à noite três projetos de lei que liberam a venda das estatais Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás). "Tendo autorização para a venda, já estamos cumprindo todas as exigências estabelecidas para buscar a adesão [à RRF]. Então, não precisamos esperar a venda ser concluída", disse Leite.

O próximo passo será apresentar à União o plano para venda das empresas. Ainda não há estimativas prontas dos valores que devem ser arrecadados com as privatizações, pois isso ainda está sendo objeto de estudo pelo BNDES, que ficará responsável pela modelagem das operações.

O governo do Rio Grande do Sul avalia pedir, futuramente, uma operação de crédito que antecipe os valores que serão recebidos com as desestatizações, para que o Estado não precise aguardar até o fim dos processos de venda para ter acesso aos recursos. "Temos um problema imediato, folhas de pagamento em atraso e despesas que precisam ser atendidas", disse Leite.

Além da entrada de dinheiro para o Estado, e o cumprimento dos requisitos para adesão ao RRF, a venda do controle das estatais em questão trará também ganhos econômicos à região, segundo Leite. "Através do setor privado vamos viabilizar investimentos bilionários nessas áreas, o que vai ajudar na geração de empregos e também na qualidade da distribuição de energia e gás", disse o governador.

O governo gaúcho fez um acordo de cooperação técnica com o BNDES. Segundo o governador, o banco está agora na etapa de contratação das consultorias técnicas que darão suporte na estruturação das vendas. "Para que possamos levar às empresas efetivamente ao mercado, deve levar em torno de um ano."

Será nesse processo do BNDES que o formato da venda será definido. Além disso, estão sendo levantados questões como passivos existentes, ativos, perspectiva de receitas futuras e contratos.

A expectativa do governo do Rio Grande do Sul é que os ativos sejam atrativos para investidores privados. De acordo com Leite, há estrangeiras e brasileiras avaliando as aquisições.

Mesmo com o avanço dos processos de venda das estatais de energia, gás e mineração, o governo gaúcho manteve a decisão de ficar com o controle do Banrisul. Segundo o governador, o banco está saneado e registrando lucros expressivos. "O banco não é um problema. Portanto, todo capital político que demandaria um debate da privatização seria prejudicial a outros debates prioritários."

Um desses debates deve envolver a reforma da Previdência no Estado, se o Congresso de fato deixar Estados e municípios de fora do texto em discussão neste momento. "O Congresso está deixando os Estados de fora, então teremos que discutir Previdência, estrutura de carreira e outras questões. Nosso capital político e o foco da energia do Estado serão canalizados para essas questões prioritárias", disse.

Para garantir entrada de recursos no caixa, o que está em execução é uma oferta subsequente de ações do Banrisul, na qual o governo gaúcho manterá posição de controle.

Veículo: O Globo	Online
Data: 04/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Com reserva menor, governo pode fazer novo contingenciamento

O governo pode anunciar novo contingenciamento de gastos neste mês. A tesourada ocorrerá caso a previsão de crescimento da economia volte a ser revisada para baixo, como em meses anteriores. Segundo integrantes da equipe econômica, o novo corte tem chance de ser mais severo que o anterior. Em maio, os técnicos usaram uma espécie de reserva de emergência para evitar um efeito real sobre o Orçamento, mas essa margem de manobra hoje é menor.

A última avaliação bimestral de receitas e despesas mostrou que era necessário cortar R\$ 2,2 bilhões. Esse ajuste foi absorvido por uma reserva orçamentária de R\$ 5,5 bilhões. Esse colchão também foi usado para recompor R\$ 1,6 bilhão que tinham sido cortados do Ministério da Educação, após os protestos contra a redução de gastos na área.

— (A reserva de contingência) deve estar abaixo de R\$ 2 bilhões. Só conseguiria acomodar esse valor. Se a perda de receita for acima disso, teria que ter um contingenciamento mesmo — disse uma fonte.

Em maio, o contingenciamento foi anunciado após o governo revisar a previsão para o PIB de alta de 2,2% para 1,6%. A expectativa é que, diante do ritmo ainda fraco da economia, essa projeção volte a cair. Analistas do mercado financeiro já preveem avanço de apenas 0,85% neste ano, segundo o mais recente boletim Focus, divulgado pelo Banco Central.

O próprio BC também revisou sua previsão para baixo e estima alta de apenas 0,8%.

Veículo: O Globo	Online
Data: 04/07/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo dará benefícios para produtores de vinho e leite

Vinicultores terão fundo de R\$ 150 milhões para concorrer com europeus. Já setor de laticínios terá isenção de imposto para importar máquinas e equipamentos



Tereza Cristina. A ministra fala das medidas para produtores de leite e vinho: “Precisam adquirir musculatura”

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, afirmou ontem que o governo vai ajudar os pequenos produtores a ganharem competitividade, de forma a reduzir o impacto do ingresso de importados europeus no país, em decorrência do acordo entre Mercosul e União Europeia (UE). Segundo ela, terão atenção especial das autoridades brasileiras os setores de leite, que poderá importar máquinas e equipamentos com tarifa zero para reduzir os custos de produção; e o de vinhos, que terá um fundo de R\$ 150 milhões.

— O setor leiteiro tem sérios problemas de competitividade, e mais medidas estão sendo avaliadas. Já o fundo para os vinicultores será usado em várias ações, como equalizar taxas de juros para facilitar o plantio e renovar videiras e parreirais —disse a ministra.

Ela afirmou que o governo ainda vai decidir se o fundo será criado por medida provisória ou projeto de lei. De qualquer forma, terá de passar pelo Congresso.

Hoje, o leite importado é taxado em 28%, e o vinho, em 27%. Pelo acordo com a UE, as alíquotas de importação de leite em pó e queijos serão reduzidas a zero em dez anos. Porém, nesse período haverá cotas livres do imposto de 10 mil toneladas e 30 mil toneladas por ano, respectivamente.

Os vinhos em recipientes de até cinco litros e o champanhe terão as tarifas zeradas em oito anos. No caso de espumantes com preço acima de US\$ 8, o prazo é de 12 anos.

— Esses setores precisam adquirir musculatura — disse.

Ela também comentou reportagem do jornal britânico The Guardian, feita em conjunto com o Repórter Brasileiro Bureau of Investigative Journalism, segundo a qual o Brasil exportou 1

milhão de frangos infectados com a bactéria salmonela, nos últimos dois anos, para o Reino Unido. As aves teriam sido devolvidas.

A ministra questionou esse volume. Disse que, no período, teriam sido devolvidas 1.400 toneladas. E ressaltou que, dos vários tipos de salmonela existentes, só duas fazem mal às pessoas.

— Não comercializamos frango contaminado com essas duas bactérias. Os demais tipos não causam risco, porque o frango é consumido cozido, frito ou assado.

Congresso Nacional autoriza gastos do governo com carros e reformas

TRÊS PODERES O Congresso Nacional aprovou ontem um projeto de lei que autoriza a União a destinar recursos para reformar residências oficiais de ministros do Executivo e de integrantes do Judiciário e do Legislativo. Os parlamentares também deram aval para que o governo federal compre carros novos para o presidente, o vice e os ex-presidentes da República.

De acordo com o Executivo, as medidas não implicam acréscimo de despesas no Orçamento, porque deve haver remanejamento de recursos. Conforme mostrou o jornal O Estado de S. Paulo em março, no pedido encaminhado pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) para liberar o gasto com os veículos oficiais, ele cita a necessidade de "modernizar a frota".

No fim do ano passado, o ex-presidente Michel Temer abriu concorrência para renovar a frota por R\$ 5,6 milhões. O edital aberto pelo Gabinete de Segurança Ins-

titucional (GSI) prevê a aquisição de 12 veículos blindados para o presidente e o vice-presidente.

A autorização do Congresso é necessária porque, em 2018, os parlamentares retiraram da Lei de Diretrizes Orçamentárias a permissão para compra de veículos oficiais para o presidente, seu vice e antecessores. Também proibiram a destinação de recursos para a reforma de imóveis funcionais dos três poderes.

No caso da Câmara, o presidente da Casa, deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) reservou R\$ 14,4 milhões para obras nos apartamentos funcionais dos parlamentares. Questionados, o Senado e o Ministério da Economia não informaram o valor destinado para reformar os imóveis. O Supremo Tribunal Federal disse não ter previsão de gasto neste ano para este fim. "Atuamos sob demanda, e eventuais emergências são tratadas caso a caso", disse o STF em nota.